

Segurança Pública e Violência no Amazonas: uma análise a partir da percepção da população e dos integrantes do sistema de justiça criminal.

Vicente Riccio, Paulo Fraga, André Zogahib e Mario Aufiero

1 – Introdução

Desde a redemocratização, o Brasil apresenta crescimento constante dos problemas de segurança pública. Houve uma inversão epidemiológica desde o fim dos anos 1980, quando as causas externas deixam de ser a quarta causa de mortalidade, passando a ser a segunda, com peso significativa para os homicídios no aumento das taxas (Minayo e Souza, 1994), posicionando o país dentre as nações com a maior incidência deste crime no mundo, seja números relativos ou absolutos. A maior parte dos homicídios está concentrada nas principais regiões metropolitanas do país. Apesar disso, observa-se um processo de interiorização da violência nas cidades médias e pequenas, tendo por motivação principal a expansão do tráfico de drogas (Waiselfisz, 2013).

A região amazônica presencia hoje um aumento significativo da violência, cuja grande extensão territorial torna o problema de difícil solução e tem contribuído para sua expansão. Tradicionalmente a violência nessa região está relacionada a conflitos por posse de terras, à exploração ilegal de seus recursos naturais e à apropriação dos espaços das comunidades tradicionais ali inseridas. Outro fator importante nesta equação é a localização geográfica, que no caso brasileiro coloca os seus estados amazônicos em fronteira com regiões produtoras de drogas. Ou seja, a Amazônia brasileira está na rota de passagem do tráfico internacional (Fraga, 2007).

Assim, a violência ocorre em espaços sociais distintos como regiões de fronteiras, comunidades ribeirinhas e grandes regiões metropolitanas. O estado brasileiro tem grande dificuldade em controlar a violência no espaço amazônico. além de não apresentar políticas específicas para a questão. Isso é observado tanto em nível federal quanto estadual, sendo poucas as iniciativas para se lidar com o problema.

O presente artigo aborda os resultados da pesquisa acerca da percepção de operadores do sistema de segurança pública e da população a respeito da natureza do problema da violência do Estado, da adequação das instituições públicas para promover a segurança pública e de suas possíveis soluções. Estas questões estão inter-relacionadas, e apontam os problemas vinculadas à construção de políticas públicas no Estado do Amazonas. O presente trabalho está dividido em quatro seções: 1 – segurança, Estado e sociedade no Brasil; 2 – o problema da segurança na Amazônia; 3 – metodologia de pesquisa e resultados obtidos; 4 – conclusões. Ao final o texto apresenta sugestões para o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre a violência do espaço amazônico.

1 – Segurança, Estado e Sociedade no Brasil

A violência é um grave problema na agenda nacional e o seu crescimento nas principais regiões metropolitanas do país pode ser observado a partir da década de 1980. Esta situação está relacionada a diversos fatores como condições sociais, ineficácia do sistema de justiça criminal, populações em situação de risco e aumento do tráfico de drogas. Em função disso, o Brasil encontra-se hoje entre os países com os maiores índices de homicídios no mundo, seja a partir de um critério absoluto ou relativo.

De modo mais detalhado, é importante registrar que os índices de violência apresentam crescimento em diversas regiões do país, especialmente naquelas com indicadores de pobreza mais acentuados. Segundo a última edição do Mapa da Violência, no ano de 2012 foram registrados mais de 56.000 homicídios no Brasil. O impacto das mortes por causas externas é tão grande no Brasil que reduz os ganhos obtidos com o aumento da expectativa de vida no país (Waiselfisz, 2013).

A violência no Brasil é eminentemente juvenil (Spagnol, 2005). A maior parte das mortes ocorre na faixa etária entre 15 e 29 anos. Um dado interessante no Mapa da Violência é a taxa de homicídios situar-se em 4,2 por grupo de 100.000 habitantes até a faixa etária delimitada pelos 13 anos de idade. A partir daí ela sobe para 75 por grupo de 100.000 habitantes aos 21 anos de idade. Os jovens autores e vítimas da violência são pobres e vivem em situação de risco social (Fraga, 2013). Observa-se, ainda, a escassez de políticas voltadas à redução de tais problemas. Em geral, os programas e projetos voltados a reduzir a violência são episódicos e de continuidade reduzida. Programas governamentais implementados nos últimos anos, como o PRONASCI, mostraram-se de alcance limitado e incapaz de reverter o quadro de vitimização da população jovem.

A literatura especializada e os indicadores oficiais do Estado brasileiro corroboram esta situação. Em paralelo, um fenômeno recente, mas grave, é a interiorização da violência que cresceu em cidades médias e pequenas nas duas últimas décadas na esteira do tráfico de drogas. Problemas típicos observados nas grandes metrópoles agora ocorrem em cidades menores (Fraga, 2004). Assim, surgem novas demandas para um sistema de justiça criminal sobrecarregado em suas diversas esferas.

O problema se agrava com a baixa capacidade de prevenção e repressão ao crime existente no Brasil. As polícias apresentam baixa legitimidade perante a sociedade, pois são tidas como violentas, corruptas e ineficazes (Caldeira, 2002; Costa, 2004; Saporì, 2007; French, 2013). Por outro lado, os policiais ressaltam aspectos autoritários presentes em suas instituições, falta de valorização profissional e de reconhecimento por parte da sociedade e das autoridades de seu trabalho. Esta situação leva a inúmeras críticas acerca do papel desempenhado pelas polícias no Brasil.

O sistema prisional é desorganizado, precário, e redes criminosas são geridas a partir de seu interior. Assim, a segurança pública é caracterizada pela dificuldade do Estado em cumprir com sua missão

e pelo distanciamento em relação à sociedade. Estes problemas são comuns a todas as unidades federativas do país e variam em maior ou menor grau.

Acrescente-se a este conjunto de problemas a inexistência de um sistema de indicadores estruturado e padronizado para o país. O principal indicador para mensurar os índices de homicídios são os dados de mortalidade obtidos pelo sistema único de saúde vinculado ao Ministério da Justiça (SUS). A utilização de dados do SUS também apresenta problemas, pois muitas mortes violentas consideradas como de “causas indeterminadas” eram, de fato, mortes violentas letais e intencionais. No ano de 2010, por exemplo, as mortes violentas indeterminadas corresponderam a 10,3 % do total dos registros, algo impensável em países desenvolvidos (Cerqueira, 2013). Este problema persiste na inexistência de séries temporais sobre taxas de encarceramento, armas de fogo, consumo de drogas, efetivo policial, dentre outros no país (Cerqueira, 2014).

A estrutura de gestão das instituições de segurança pública é muito frágil no Brasil. Iniciativas como planejamento estratégico são recentes, bem como pesquisas e trabalhos voltados a conhecer em profundidade o cotidiano de suas ações. A lógica predominante é aquela do modelo reativo de policiamento, em que a ação ocorre a partir da ocorrência do fato (Moore, 1992). Modelos mais responsivos de policiamento, baseados antecipação, resolução de problemas e na integração com a comunidade inexistem de fato no país (Frühling, 2012).

Logo, existem três questões inter-relacionadas no problema da segurança pública no Brasil. O contexto vivido é caracterizado pela expansão da criminalidade no país, cujo principal combustível é a presença do tráfico de drogas. O resultado mais dramático e evidente desta expansão está nas taxas de homicídios observadas no país e no grupo social mais afetado por eles. O outro aspecto é a inadequação das estruturas estatais existentes para lidar com o caráter complexo da criminalidade contemporânea, que passa por redes globais até o domínio territorial de comunidades empobrecidas por grupos criminosos. Por fim, a população sofre com os efeitos dos elevados índices de violência, ao mesmo tempo em que não confia plenamente nas instituições responsáveis pela segurança.

Este conjunto de problemas levanta questões importantes: de que modo a população e os profissionais de segurança pública percebem a incidência da violência na sociedade brasileira? De que modo a percepção de cada um destes grupos é construída? Elas são diametralmente opostas ou apresentam semelhanças? Como são avaliadas as instituições do sistema de justiça criminal, em especial as Polícias? De modo mais específico, como são construídas estas percepções no contexto amazônico e de que forma as instituições de segurança pública estão preparadas para lidar com a violência nesta região?

O presente artigo pretende discutir estas questões a partir de levantamento empírico realizado no estado do Amazonas por meio de grupos de foco realizados na cidade de Manaus, capital do Estado, e Tefé, polo regional do médio Solimões, com integrantes da Polícia Civil do Estado do Amazonas, integrantes do sistema de justiça criminal e a população destas cidades. O presente estudo procura identificar as percepções sobre os problemas intrínsecos do sistema de segurança no contexto da região amazônica. No caso do Amazonas, a sua particularidade geográfica o coloca como detentor

da maior bacia hidrográfica do planeta e como detentor de fronteiras com os três principais produtores de cocaína do mundo: Bolívia, Colômbia e Peru. Ou seja, as rotas internacionais do tráfico passam pelo Estado.

2 – O problema da segurança na Amazônia

A Amazônia é uma região extensa e apresenta diversas realidades. Elas manifestam-se em seus aspectos econômicos e sociais, como também no tocante à natureza dos atos violentos. A complexidade da região refere-se ao fato de corresponder a 40% do território nacional e apresentar a maior floresta tropical e biodiversidade do planeta. As características de cada região interferem nos padrões de criminalidade existentes. Desse modo, regiões fronteiriças, de agricultura intensiva ou grandes centros urbanos apresentam especificidades em relação à incidência da violência.

A questão do meio-ambiente é o grande ponto de atenção da região. Os problemas de segurança derivam de processos violentos e pouco transparentes de ocupação que foram conduzidos à margem da supervisão estatal. Em 1960 as terras da Amazônia correspondiam a 87% de matas não cultivadas. O restante das terras era ocupado por atividades extrativistas (11,2%). Do total de terras existentes na Amazônia somente 1,8% eram destinadas à pecuária. Em relação às áreas voltadas à pecuária, somente metade apresentavam título de propriedade (Sant'anna & Young, 2010).

As regiões das grandes metrópoles amazônicas como Manaus e Belém apresentam problemas típicos das demais regiões do país. Por outro lado, as regiões de fronteira agrícola apresentam conflitos pela posse da terra, como a falsificação de títulos de propriedade, expulsão de populações tradicionais e assassinatos de lideranças políticas e sindicais. As regiões de fronteira compreendem crimes relacionados em sua maioria ao tráfico internacional de drogas. Esta situação revela a persistente fragilidade do Estado brasileiro em assegurar uma função básica: a manutenção da ordem (Rabello, 2013).

Em parcelas expressivas do território amazônico a capacidade do Estado em exercer o monopólio da força é reduzida. Ou seja, falar dos problemas de violência da Amazônia é discutir a eficácia da ação estatal em seu sentido mais básico. Por outro lado, os estudos sobre o problema da violência na Amazônia são ainda escassos no Brasil. Em geral eles cobrem basicamente questões ligadas aos conflitos de terra. Estes problemas são relevantes e merecem ser tratados com atenção. Contudo, eles não retratam a complexidade do tema. Poucos estudos foram publicados sobre as polícias nos Estados Amazônicos, sobre a vitimização em suas regiões metropolitanas ou de fronteira.

Nada mais sintomático desta fragilidade do Estado do que o fenômeno da pistolagem, caracterizado pela contratação de matadores de aluguel por parte de poderosos locais para resolverem disputas e impor o seu poder localmente (Barreira, 2004). A pistolagem decorre desta fragilidade institucional na qual o poder do Estado é repartido pelos beneficiários do processo de desenvolvimento desordenado instalado na região, especialmente na pecuária extensiva e

exploração madeireira (Loureiro e Pinto, 2005). Varga (2008) demonstra que o avanço da violência contra as comunidades tradicionais da fronteira amazônica do Maranhão está relacionado ao crescimento deste tipo de pecuária. Barp (1997) analisou a utilização da violência para controlar os recursos naturais utilizados por populações tradicionais no Acre.

A partir de uma perspectiva econômica Sant'anna e Young (2010) analisam a relação entre conflitos rurais e desmatamento da fronteira amazônica. Para os autores a inexistência de um sistema eficaz de garantia de direitos de propriedade empurra populações para uma atividade predadora. Desse modo, existe uma correlação positiva para aumento do desmatamento e homicídios. Ou seja, mais desmatamento, mais mortes. Por isso, o desmatamento é uma maneira de se obter direitos de propriedade sobre uma região coberta por floresta, que não são devidamente regulamentadas.

Essa fragilidade institucional é observada por Fearside (2005) que apontou a queda dos índices de desmatamento a partir da realização de ações policiais pontuais contra o desmatamento no Brasil, como a operação Curupira ou a criação de áreas de proteção ambiental no Pará após o assassinato missionária católica Dorothy Stang. O Estado brasileiro, seja em nível federal ou estadual, não apresenta condições de uma ação constante e sustentável ao longo do tempo. Além disso, esta situação de instabilidade e trânsito de drogas na fronteira levou à criação da Lei do Abate no Brasil, que disciplina a derrubada de aviões civis usados para esta prática (Feitosa e Pinheiro, 2012), iniciativa de combate ao tráfico internacional muito criticada pelas falhas que apresenta de controle e, consequente, possibilidade de derrubada de aviões sem qualquer ligação com o tráfico.

Isto é potencializado pelo fato de a Amazônia ser palco hoje de dois movimentos típicos do mundo global destinados a pressionar o Estado no tocante à utilização do território. De um lado existe o movimento do sistema econômico, financeiro e informacional com o objetivo de integrá-la à globalização. De outro a presença dos movimentos sociais portadores de demandas de distintos grupos existentes na região, que em geral não se beneficiam dos ganhos obtidos nestes processos e sofrem com as fragilidades estatais. No caso amazônico estes polos coexistem, em muitos casos de modo conflituoso (Becker, 2005). A fragilidade institucional para lidar com problemas e pressões desta natureza potencializa estes tipos de conflito.

3 - Metodologia

A pesquisa utilizou a técnica qualitativa de grupos de foco, que é largamente utilizada nas ciências sociais com a finalidade de analisar os discursos dos participantes em relação a uma determinada questão (Morgan, 1997; Kruger 1995). Foram, também, realizadas entrevistas em profundidade com atores considerados chave para a compreensão do problema. Dessa forma, buscou-se compreender o sentido das ações e percepções sociais conferidos pelos próprios entrevistados.

Foram realizados 7 (sete) grupos de foco com amostras representativas dos seguintes grupos: 02 (dois) grupos com a população da região metropolitana de Manaus e 01 (um) grupo com a

população de Tefé, município do interior eleito para a pesquisa. A composição dos grupos em Manaus compreendeu duas faixas etárias entre 18 e 29 anos e 30 e 55 anos com habitantes de ambos os sexos. O grupo na cidade de Tefé, localizada no centro do Estado do Amazonas, cujo acesso é somente possível por transporte hidroviário ou aéreo compreendeu ambos os sexos na faixa etária entre 30 e 55 anos.

Os grupos de profissionais de segurança foram divididos da seguinte maneira: 02 (dois) grupos com servidores da Polícia Civil lotados em Manaus, sendo um com membros de nível operacional e outro de nível estratégico e (01) um grupo com membros dos níveis operacional e estratégico na cidade de Tefé. A Polícia Civil é a responsável pela investigação criminal no Brasil, ao passo que a Polícia Militar é responsável pelo patrulhamento das ruas (Lino, 2004).

A amostra contou, ainda, com 02 (dois) grupos de integrantes do sistema de justiça criminal na cidade de Manaus. Neste caso, compuseram os grupos policiais militares, agentes do sistema penitenciário, defensores públicos e promotores de justiça. O grupo previsto de integrantes do sistema de justiça criminal para a cidade de Tefé não ocorreu, pois os participantes não compareceram à sessão. Por esta razão, foram realizadas entrevistas em profundidade com 03 (três) pessoas com atividades relacionadas à justiça criminal. No caso, um oficial de alta patente do Exército Brasileiro e dois religiosos com atuação no campo dos direitos humanos em Tefé.

Os grupos foram realizados nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2013 na cidade de Manaus e no dia 22 de novembro na cidade de Tefé. No dia 18 de novembro ocorreram os grupos da população de Manaus, no dia 19 os grupos relativos aos policiais civis de nível estratégico e operacional, e no dia 20 os grupos dos integrantes do sistema de justiça criminal. Por fim, a pesquisa contou 41 participantes, incluídos os entrevistados individualmente.

Importante registrar que em razão das dificuldades ambientais, de logística e acesso a realização de pesquisas e o comparecimento a eventos na região amazônica enfrenta dificuldades. Isso ocorreu especificamente em Tefé, quando no dia programado para a realização do grupo de foco com a população e demais integrantes do sistema de justiça criminal, uma forte chuva equatorial atingiu a cidade. Este evento climatológico acarretou em ausência de alguns integrantes da pesquisa que haviam confirmado presença, razão pela qual o grupo ocorreu com 05 (cinco) participantes.

O recrutamento dos entrevistados foi realizado por empresa de pesquisa localizada na cidade de Manaus com grande experiência na definição de amostragem, coleta e análise de dados na região. Os participantes foram informados da finalidade do trabalho, da garantia do sigilo de suas identidades e perguntados se consentiriam em participar da pesquisa. As sessões dos grupos de foco foram realizadas em sala específica na cidade de Manaus e gravadas em vídeo. Na cidade de Tefé a sessão com a população foi realizada no salão paroquial de uma igreja católica local. A sessão com os profissionais de segurança pública foi realizada na delegacia de polícia local. Participaram policiais civis e militares lotados naquela circunscrição.

O material coletado foi transcrito e submetido à análise dos pesquisadores e três categorias emergiram: 1 – contexto de aumento progressivo da violência no Amazonas; 2 – estrutura estatal

inadequada para lidar com a violência; 3 – relação polícia e sociedade. As categorias refletem a percepção dos entrevistados acerca do problema da violência e das dificuldades inerentes à sua resolução. A seção a seguir abordará em maior detalhe os resultados coletados.

Resultados

A primeira categoria, o contexto de aumento progressivo da violência no Amazonas, refere-se à percepção do impacto da violência no Estado. O aumento abrupto da violência nas principais metrópoles do sudeste brasileiro, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, observado ao final dos anos 80 e 90, indicava a presença da violência nas regiões economicamente mais desenvolvidas e povoadas. Este fenômeno altera-se ao longo do tempo e na segunda década do século XXI o aumento da violência em números absolutos e relativos é verificado nas regiões norte e nordeste (Waiselfisz, 2013).

Este problema aparece na percepção dos entrevistados que observam o Amazonas como um estado com visível aumento da violência. Manaus já não é mais uma capital tranquila, em que todos se conhecem, mas uma cidade percebida como cada vez mais perigosa. O nível de violência não corresponde ao de metrópoles como o Rio de Janeiro, em que regiões da cidade são dominadas territorialmente por gangues armadas, sendo comuns os conflitos armados com a polícia. Esta percepção é compartilhada tanto por profissionais de segurança, habitantes da cidade e demais integrantes do sistema de justiça criminal:

“Ontem, por exemplo, a gente chegou no Rio Preto, acho que era umas 10 horas da noite, era um carro preto, Golf, assim, acho que sem motivo nenhum, passou pela rua, pela esquina, a gente viu de longe, e aí começou a atirar. Assim, sem motivo nenhum. Tanto que as pessoas que estavam na esquina correram. Então assim, violência na Cidade Nova e na Zona Norte é altíssimo, sem contar nas outras áreas. Assim, Manaus tá ficando um caos e eu acho que com o aumento da violência fora do Amazonas, acho que o aumento da *pilantagem* é vim pra cá, pra esse estado, que é onde não tem.” (Claudio, população, Manaus)

“Com de arma de fogo...Então é...a gente verifica que é crescente. Nem um ano foi inferior ao outro. É possível que em uma área da cidade, do estado...uma ação mais contundente tenha caído, mas no geral, no somatório geral é sempre crescente...interior do estado, zona metropolitana e muita presença de muitos crimes que não ocorriam na cidade lá...encapuzados atacando barcos, atacando comerciantes, entendeu?” (Tarcísio, Detetive Polícia Civil, Manaus).

“A violência vem aumentando, o grau do crime em si da crueldade vem aumentando. Mas tendo como comparativo outros estados acredito que não esteja mais alto quantos outros, mas é um nível já preocupante e necessita de mais investimento em segurança.” (Leomar, Secretaria de Segurança Pública, Manaus).

Essas sensações de temor e insegurança corroboram com a análise de Adorno (2004) para quem a nostalgia de cidades sem violência esvai-se no passado. Isso acarreta a demarcação de novas fronteiras sociais, e o reforço ao sentimento de desordem e caos. O crescimento da violência é um problema insolucionável segundo os participantes da pesquisa.

Em reforço ao quadro retratado anteriormente, sete dos dezoito participantes nos grupos de população indicaram já ter sofrido violência (roubos, ameaças). Também houve relatos de parentes e conhecidos já vitimados (roubos e agressões) e participantes que presenciaram atos de violência. Esses depoimentos corroboram a ideia de que a cidade hoje é mais violenta.

“Uma vez num ônibus, uma carga, eu tinha uma carga preta aí eu estava indo pro trabalho, tem uns três anos. Aí o ladrão chegou assim com uma arma. Aí ele: ‘não olha pra minha cara não. Não olha pra minha cara não. ‘Passa a grana’ aí eu: “deixa a minha carteira, os meus documentos, tudo” aí ele: “é, tira aí, tira aí.” Aí me escorou assim, aí ele desceu do ônibus tranquilo, e nem foi embora. [local da ocorrência: zona leste]” (Carlos, população, Manaus)

“Graças a Deus eu nunca fui assaltado, nunca aconteceu nada comigo, mas com a minha esposa já aconteceu, aqui no Aleixo. Ela tava saindo do trabalho, ela tava com o dinheiro da avó dela, tava indo pagar uma conta e tava meio chovendo, né, aí o ladrão com uma faca, abordou ela, e pediu se ela tinha dinheiro e ela tava com o celular só na mão ‘não, não tenho dinheiro’, já tinha guardado o dinheiro escondido, ‘me dá o celular, me dá o celular’ aí ela ‘me dá pelo menos o chip’ aí ele quebrou uma costela dela. Apanhou do tal do ladrão. Aí ele pegou e foi embora andando. Aí passava gente e nem aí.” (Joaquim, população, Manaus)

A percepção de aumento da violência é unânime em todos os grupos e pode ser observado em diversos tipos de crimes. As razões para este aumento na visão da população, dos policiais e demais profissionais de segurança são várias. Elas cobrem temas distintos como fatores estruturais relacionados à falta de saneamento básico, êxodo da população rural para as áreas urbanas, aumento da periferia das cidades e a falta de controle dos pais sobre os mais jovens, além da questão da desestruturação familiar. O tráfico de drogas é o crime responsável por esta situação e a sua ocorrência deriva basicamente das situações descritas anteriormente. Esta não é uma preocupação recente, mas nos últimos anos ganhou maior relevância devido ao aumento da violência (Procópio, 2000; Osório et alii, 2010).

No grupo de Tefé os moradores que participaram foram instados a realizar uma comparação da situação de violência na cidade e do entorno com Manaus. Em resposta, eles consideram os indicadores de violência na capital do Amazonas maior, principalmente pelas constantes tiroteios envolvendo bandidos e policiais. Contudo, em Tefé as ocorrências de homicídios e tentativas de homicídios têm aumentado.

“É mais tranquilo sim. Aqui é raro você ouvir que bandido trocou tiro com polícia” (Carla, Tefé).

“Aqui tem mais é faca mesmo, arma branca, entendeu? Aqui é um pouco mais tranquilo em relação a isso” (Eder, Tefé).

A população do interior ressalta a degradação de sua qualidade de vida e o aumento da violência, especialmente entre os jovens:

“Agora está tendo assalto, né, coisa que não tinha antes. A gente está acostumado com uma cidade calma, que não tem muita violência, é até uma surpresa.” (Tobias, Tefé).

“Se não tomar algumas providências, a violência tende a aumentar. Acho que todo mundo concorda, vai de mal a pior.” (Gérson, Tefé).

“Porque a maioria dos usuários são jovens... a administração tem, não sei, que arrumar uma ocupação pra esses jovens, áreas de lazer, de esportes... os pais tem muitos filhos, entendeu, aí são obrigados a trabalhar e deixam os filhos sozinhos, tudo largado aí...acho que isso complica bastante, acho que é isso” (Adílson, Tefé).

As percepções dos policiais, integrantes do sistema de justiça criminal e da população reforçam a sensação da insegurança e do aumento da violência. Esta violência é eminentemente urbana e repete o padrão observado nas demais regiões do país. Não há no discurso dos entrevistados a referência aos crimes relacionados à posse de terras ou ao desmatamento ilegal. Para os moradores do Amazonas, este padrão não é o principal causador da violência, mas elementos ligados à urbanização, desigualdades sociais e incapacidade do Estado em lidar com o tráfico de drogas.

Adicionalmente, os policiais reforçam a associação entre pobreza e criminalidade. Essa explicação sempre mobilizou opiniões na sociedade e modelos teóricos explicativos foram construídos baseados nessa premissa (Merton, 1971). No entanto, as críticas a tal explicação destacam a ausência de explicações sobre o cometimento de crimes por setores médios e mesmo os crimes de colarinho branco. A associação dessas variáveis é mais eficiente no sentido de contribuir para a estigmatização de determinados grupos étnicos e sociais do que propriamente para explicar a criminalidade (Matza & Sykes, 1961; Zaluar, 2002; Adorno, 2002).

Os relatos convergem para a construção de um discurso em que se verifica uma crise generalizada das instituições tradicionais de controle social. A família e o Estado são afetados por estes problemas. A percepção dos entrevistados indica, ainda, uma visão de quase-anomia na sociedade.

“Tem um... tem um marco que é o início: que é a vinda do interior para a cidade, houve um aumento de violência quando começou esse êxodo pra cidade. A cidade não comportava esse êxodo, formava as favelas a torto e direito, invasões pra tudo que é lado, falta de estrutura, saneamento básico, de uma estrutura educacional, duma estrutura de saúde... Para a senhora ter uma ideia, em quatro ou cinco anos houve...na capital, Manaus, tinha menos habitantes que o interior, em quatro anos ou cinco anos, ela passou a ter mais habitantes que o interior (só a capital)” (Nelson, Delegado Polícia Civil, Manaus).

“E está diretamente relacionado com... a *defecção* da família. As famílias estão completamente desestruturadas, sobretudo nas (casas) mais... mais... carentes, digamos assim. A vinda do interior em massa pra cidade sob falsas promessas de melhorias (sociais) trouxe essa consequência também. A violência está em franco progresso...e se não houver efetivamente medidas de...digamos, mais...não paliativas, mas mais...é: contundentes, há a tendência de todos ficarem em casa presos e a violência campear direto” (Maura, Perita Criminal Polícia Civil, Manaus).

“[...] O uso contínuo realmente de droga, então isso gera todo tipo de violência, todo tipo. Eu moro na Redenção e tem áreas que chamam de boca, né, tem uma área que é assim, de becos e é horrível. E os jovens estão todos, todos, todos ali e aí tira tudo, né, da família, tudo. O pai já é desempregado, né, aí já vem a confusão toda, né” (Samara, população, Manaus).

A seguir o texto aborda a segunda categoria levantada durante a pesquisa: a estrutura estatal inadequada para lidar com a violência. As suas deficiências são enfatizadas por todos os grupos entrevistados. Este aspecto é destacado, especialmente, pelos operadores do sistema de segurança pública.

“O Estado fez boas leis, nós temos ótimas leis. O problema é que o Estado não tem estrutura pra punir ou pra recuperar esse cidadão. Então eu vejo particularmente que não há esperanças na melhoria da sociedade. Eu penso que vai piorar a cada dia, a população está crescendo e o Estado não tem estrutura” (Anacleto, Investigador Polícia Civil, Manaus).

“Eu estava falando de incremento na perícia...eu...eu sou novo na polícia, entrei nesse último concurso, vou fazer três anos ainda de polícia...quando eu cheguei lá, me deram uma prancheta com umas folhas de sulfite, se eu quisesse comprar um lápis era problema meu...É...agora melhorou. Nós temos o material de campo nosso. Mas a gente tem grandes problemas, grandes restrições à manutenção e à reposição desse material...mas o estado já /tá dando conta disso” (Ademar, Perito Criminal Polícia Civil, Manaus).

As falas acima ressaltam a ausência de infraestrutura para a realização do trabalho policial. Ela impede, por exemplo, a efetivação de boas leis. Esta carência também é observada na perícia, responsável pela realização de trabalho científico, em que o profissional não tem os recursos necessários à sua disposição e necessita comprar do próprio bolso um lápis para realizar o seu trabalho. Apesar das melhoras apontadas pelo policial, a sua fala apresenta as contradições para a realização de um trabalho científico adequado. Tais problemas são típicos nas polícias brasileiras e recaem também no número baixo de profissionais, na ausência de mecanismos de reposição e atualização de equipamentos. O caso clássico são as viaturas policiais, que nunca são ofertadas em número e qualidade adequadas.

A população também aponta esta fragilidade na infraestrutura e novamente o tema das viaturas é apresentado. A referência a este instrumento de trabalho não se limita à ausência de um equipamento específico, mas pode ser relacionada com a percepção acerca da eficiência do modelo tradicional de policiamento. Como é sabido, o modelo reativo de policiamento centra-se na resposta motorizada a um evento criminoso ocorrido. A viatura, nesta construção, é o principal instrumento de viabilização do modelo. O ponto interessante é a confluência das percepções dos policiais e da população na centralidade do elemento viatura para a boa prática policial. Ambos os grupos desejam o seu aumento como condição para um resultado mais adequado na segurança. Ou seja, a percepção comum aponta o modelo reativo de policiamento como referência para a segurança pública. Isso, por outro lado, acarreta em um descompasso com iniciativas governamentais voltadas a maior integração da polícia com a comunidade (Skogan, 2006a). As falas da população ilustram este ponto:

“Aqui fizeram ronda no bairro, várias viaturas nos bairros, mas até então, não sei, mas parece que não resolveu quase nada” (Claudio, população, Manaus).

“O número de viaturas no início era bem maior. Mas hoje em dia é por que eles já se renderam também as propinas dos marginais” (Beatriz, população, Manaus).

“Hoje em dia você vê que desapareceram. Só existem duas rondas que agora fazem onde eu moro. Então se observa que quando se implanta o programa, é o Estado que faz uma divulgação, gasta milhões e milhões com propaganda, né e na realidade, passam dois ou três meses e eles tiram todo aquele aparato” (Debora, população, Manaus).

No tocante ao Ronda no Bairroⁱ os entrevistados registram que os instrumentos de controle da ação dos policiais como as câmeras nas viaturas não estão funcionando. Além disso, reconhecem a pouca ou inexistente interação com os seus policiais. As falas a seguir ilustram estas questões:

“No começo, a ronda do bairro tinha uma lanterna e tinha uma câmera. Agora essa câmera fica pra cima ou então fica pra trás” (Joaquim, população, Manaus).

“Eles ficam no ar condicionado dentro do carro e não abrem a porta do carro nem a noite, quando é fresco, eles não abrem aquela janela, então eles ficam lá dentro e eles não veem nada dentro do carro” (Aparecida, população, Manaus).

“A única forma da polícia ter contato, proximidade e ganhar a confiança da pessoa, seria assim, eles partindo deles com um contato conosco. Porque o que hoje há, é nós que temos que ir em busca deles e a gente vai com medo. Por isso que muitas vezes não vamos” (Claudio, população, Manaus).

Em relação a Tefé, município do interior do Amazonas localizado no médio Solimões, os policiais ressaltam ainda mais estas dificuldades estruturais. O elemento logístico é o de maior impacto. A cidade é um polo regional para os pequenos povoados ribeirinhos da região, que para lá se dirigem a fim de comerciar e obter os mais variados serviços. Todavia, os meios para se chegar à cidade são

dois: barco ou avião. A Polícia Civil e a Militar são responsáveis por Tefé e pelos municípios do médio Solimões, e as dificuldades para se tomar ciência dos crimes e exercer atividades investigativas são imensas. Um exemplo pode ser observado em relação aos crimes sexuais contra menores, muito comuns na região, que são perpetrados basicamente por integrantes do próprio núcleo familiar. As falas abaixo surgiram na discussão sobre um caso de estupro de menores pelo próprio pai:

“O pai estuprou todas as filhas e inclusive uma delas tem três filhos, todos com o pai. A denúncia em geral é anônima e chega para a gente geralmente por rádio. Para fazer uma diligência tem de pegar o barco e ir para lá. A gente tem de esperar a vítima para vir fazer o exame de corpo de delito. Demora umas seis ou sete horas para ir até lá. E muitas vezes não tem transporte” (Joana, policial Civil, Tefé).

“A gente não tem barco e muitas vezes tem de pedir emprestado para poder fazer uma diligência. Isso em uma cidade em que tudo vem por barco!” (Jorge, Policial Militar, Tefé).

“A deficiência da Polícia é muito grande. Só tem um delegado para a cidade e o pessoal é reduzido. A PM tem uma única companhia na cidade e fica difícil para a gente trabalhar” (Pedro, Policial Militar).

“O órgão de segurança pública tem pouco potencial para combater o tráfico na área, por conta da deficiência pessoal e material, nessas comunidades isoladas o efetivo é simbólico, não existe ali um trabalho de fiscalização, de apoio do governo estatal. O militar que sai para essas comunidades vizinhas aqui, não recebem uma gratificação, e por serem um numero pequeno, a bandidagem, os traficantes acabam corrompendo eles, e fazem todas suas atividades sem nenhuma repressão” (Paulo, Oficial do Exército Brasileiro).

As carências de infraestrutura reforçam um discurso tradicional entre os operadores de segurança no Brasil. Apesar de investimentos que têm sido feitos nos últimos anos no sistema, conforme aponta o Fórum Nacional de Segurança Pública (2013), a percepção é de uma constante falta de recursos. De certo, este incremento nos investimentos não é suficiente ante as demandas existentes, mas indica por outro lado uma tentativa de modernização e de se evitar a defasagem da infraestrutura.

A terceira categoria abordada pela pesquisa é a relação entre polícia e sociedade. Esta relação como é documentada pela literatura é marcada por tensões e variação nos graus de confiança entre os grupos (Tyler, 2008; Tyler 2011; Klocars, 1996). A violência e modo como os encontros entre cidadãos e policiais ocorrem são também ressaltados. Este tema é relevante, pois a qualidade do serviço prestado pela polícia é central na avaliação de seu trabalho por parte da população (Rosenbaum, 2005). Experiências negativas apresentam impacto muito maior do que positivas na percepção da população sobre a polícia (Skogan, 2006b). Ainda, o público avalia a ação da polícia não em função de sua adequação a pressupostos jurídicos abstratos, mas principalmente em razão de seu modo de agir e se o mesmo é pautado por práticas justas (Meares, Tyler & Gardner 2014). As falas abaixo são bem explícitas em relação a esta questão:

“[Falando de amigo abordado por policiais do RnB] (...) foi aquela primeira impressão, a forma de abordar, (...) o que mais compromete a ação da ronda no bairro (...) numa ação simples eles te tratam com a falta de respeito, porque a final de contas, eles tem uma abordagem rigorosa e preventiva (...) mas ele têm que ter um treinamento pra abordar uma pessoa com educação. Porque até então, nem é bandido e nem é inocente” (Joel, população, Manaus).

“O erro mais comum que a polícia comete diariamente é o constrangimento ilegal” (Joaquim, população, Manaus).

“Eu tenho noção de que a polícia, assim como tudo na vida, ela é feita de dois grupos, né? Dos policiais bonzinhos e dos policiais psicopatas, né? Quer dizer, se você tiver a sorte de encontrar um policial que não é corrupto, que é um cara que te aborda de uma maneira que, né. Então, se você der o azar de encontrar com um psicopata que armou, põe a arma na sua cabeça por nada e aí é rezar” (Othon, população, Manaus).

“O certo é eles te darem uma sensação de segurança, mas te dão a sensação de opressão” (Plínio, população, Manaus).

“Aí pararam a gente, né e eu fiquei nervoso, né, nunca fui abordado. ‘Por que tu tá nervoso? Por que tu tá doido?’ Não, tem nada não. Foram revistar e não tinha nada. ‘Ah, tu não tem nada, né?’ Aí eu comecei a discutir, né ‘Ah, não pode ser assim não, conheço Meu direito e tal’. Aí ele: ‘Olha o que eu tenho aqui’. Aí ele queria colocar no meu bolso. E até eu provar lá na delegacia. (...) Então até eles mesmo as vezes pegam lá, aí querem forjar o cara” (Joel, população, Manaus).

A fala da população descreve problemas clássicos na relação entre a polícia e a sociedade. O distanciamento estabelecido pelos policiais é destacado. Em especial, os abusos verbais são ressaltados e a desconfiança estabelecida em relação às pessoas de bem. O programa Ronda no Bairro, concebido especialmente para romper esta dicotomia, acaba reforçando o distanciamento entre estes dois grupos. Aqui é possível observar uma contradição entre a percepção da população acerca do modelo de segurança adequado e o modo como são conduzidas as interações com a polícia. Esta dicotomia reduz a legitimidade da ação policial, tal qual demonstrado pela literatura (Tyler, 2001, Tyler 2005).

O quadro observado no contexto amazônico apresenta semelhanças com a situação observada no restante do país (Souza, 2015; Silva & Leite, 2007). O hiato entre as polícias e a sociedade persiste e não existem soluções inovadoras para este problema. Em razão das dimensões geográficas, a pesquisa não abordou aspectos particulares, como os vivenciados pelas regiões de fronteira. Todavia, os dados coletados na capital e em um polo regional importante indicam uma difícil situação para a articulação de ações policiais assentadas em maior legitimidade perante a sociedade.

Conclusão

A imersão no contexto amazônico revela problemas comuns a todo o sistema de justiça criminal no Brasil. A percepção dos diversos segmentos entrevistados pela pesquisa população, policiais civis, demais integrantes do sistema de justiça criminal, aponta os elementos externos determinantes da violência: desigualdade social, urbanização e tráfico de drogas. Estes fatores sobrepujam no juízo de todos os grupos entrevistados questões intrínsecas ao sistema de justiça criminal, como eficácia, profissionalização e infraestrutura. Todavia, em relação ao último aspecto a referência à ausência de condições de trabalho é reforçada pelos profissionais de segurança, especialmente no interior, que deveria ser provido com equipamentos próprios e adequados à sua realidade.

Desse modo, existe um juízo comum aos grupos entrevistados, sejam eles oriundos da população ou integrantes das instituições voltadas à segurança pública. O diagnóstico das debilidades sociais vem acompanhado da ineficácia das leis e da falta de infraestrutura das instituições do sistema de justiça criminal. Neste sentido, há uma convergência em relação à percepção de “quase-anomia” vivenciada no Brasil e potencializada pelo crescimento do tráfico de drogas em todas as regiões do país. Ainda, existe uma perspectiva comum em torno do modelo tradicional de policiamento. A ausência de viaturas é tida pela população como um dos entraves a uma segurança pública de qualidade. Não há compreensão em torno de estratégias mais responsivas de policiamento como o modelo comunitário.

Por outro lado, esta adesão ao modelo tradicional de policiamento se esvai nas falas sobre a relação entre polícia e comunidade. Neste momento, a crítica recai sobre a polícia que não consegue estabelecer canais de diálogo com a população. A crítica aos abusos verbais e ao modo como as pessoas são tratadas nestes encontros reforçam a visão negativa em relação à polícia. Por outro lado, a análise dos dados demonstra a presença de um paradoxo já exposto por Caldeira (2002) acerca do apoio ao um modelo tradicional de policiamento e a crítica aos seus resultados quando aplicados na prática. Ao mesmo tempo em que criticam o modelo reativo de policiamento, a população o apoia.

O quadro observado no Amazonas surpreende pela reprodução de uma percepção da violência típica dos demais centros urbanos do país. As soluções propostas reproduzem também o apoio aos modelos tradicionais de policiamento e práticas que geraram poucos resultados até o momento. Na realidade, o Amazonas, como toda a região amazônica, sofre com a ausência de ações voltadas para políticas de segurança de qualidade estruturantes. Este problema é agravado pela ausência de ações especialmente desenhadas para a região. Logo, o presente quadro não apresenta possibilidades críveis de alteração para um patamar positivo.

Referências Bibliográficas

Adorno, S. A delinquência juvenil em São Paulo: mitos, imagens e fatos. Pro-Posições (Unicamp), p. 45-70, 2002.

Adorno, S. O monopólio estatal da violência. Revista da Oficina de Informações, São Paulo, v. 52, p. 50-51, 2004.

Barp, W.P. (1997). Fronteira da Cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

Barreira, César. *Crimes por Encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 178p.

Becker, B.K. (2005). Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, 19 (53), p.71-86.

Caldeira, T. (2002). The Paradox of Police Violence in Democratic Brazil. *Ethnography* 3,3; 235-261.

Cerqueira, D. (2013) Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil. Texto para a discussão 1848, IPEA, Rio de Janeiro.

Cerqueira, D. (2014) Causas e Consequências do Crime no Brasil. Tese de Doutorado – PUC – Rio, Economia.

Costa, A. T. M. (2004). Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova Iorque [Betweenlawandorder: Violenceandreform in Rio de Janeiro polices]. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Fearside, P. (2006), Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impacto e controle. *Acta Amazonica*, vol. 36 (3), pp. 395-400.

Feitosa, G.R.P. & Pinheiro, J.A.O. (2012) Lei do Abate, guerra às drogas e defesa nacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 55 (1): 66-92.

Fraga, P.C.P. (2013). Vítimas e agressores ou porque matamos nossos jovens? Estudos sobre homicídios contra jovens em municípios baianos. In: Fraga, P.C.P. e Iulianelli, J.A.S. O Tempo real dos jovens. Rio de Janeiro, Letra Capital.

Fraga, P.C.P. A Geopolítica das drogas na América Latina (2007). América Latina". *Em Pauta*, 10(1) 83-105.

_____. *Urban Brazil: Drug Trafficking and Violence (2004) Drugs and Conflit (11), TNI, Amsterdam*

French, J.H. (2013). Rethinking Police Violence in Brazil: unmasking the public secret of race. *Latin America Politics and Society*, 55:4, 161-181.

Frühling, H. (2009). Research on Latin America police: Where do we go from here? *Police Practice and Research*, 10, 465–481.

- KLOCKARS, Gari. (1996) A Theory of Excessive Use of Force and Its Control. In: Geller, W.; Toch, H. (Orgs.). **Police Violence**: understanding and controlling police abuse of force. New Haven: Yale University Press.
- Kruger, R. (1995) Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research, Thousand Oaks, CA; Sage Publications.
- Lino, P. R. (2004). Police education and training in a global society: A Brazilian overview. *Police Practice and Research*, 5, 125–136.
- Loureiro, V. & Guimarães, E. C. (2007). Reflexões sobre a Pistolagem e a Violência na Amazônia, v.3, nº 1, p. 221-246.
- Machado, Lia Osorio ; Novaes, A. R. ; Monteiro, L. C. R. (2010). Building Walls, Breaking Barriers: Territory, Integration and the Rule of Law in Frontier Zones. *Journal of Borderland Studies* , v. 24, p. 97-114.
- Matza, D.; Sykes, G. (1961). Juvenile Delinquency and Subterranean Values. *American Sociological Review*. 26(5). 712-719.
- Meares, T., Tyler, T., Gardener, J. (2014). Lawful or Fair: how cops and lay people perceive good policing? Yale Law School Public Law Working Paper nº 255, 1-50.
- Merton, R. Social Problems and Sociological Theory. Em: MERTON, R. K.; NISBET, R. (org.). Contemporary Social Problems. 3. ed. New York, Harcourt Brace Jovanovich, pp. 793– 845, 1971
- Moore, M. H. *Problem-Solving and Community Policing*, Tonry, M. and Morris, N. (Eds.), *Modern Policing: Crime and Justice. A Review of Literature*, Vol. 15. Chicago University Press, Chicago, 1992.
- Morgan, D. L. (1997) 'Focus groups as qualitative research' in Morgan, D. L. *Qualitative Research Methods Series*, 16. London: Sage Publications
- Prates, R.C. & Bacha, C.J.C. (2011). Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez.
- Procópio, A. (2000) O Narcotráfico no espaço da Amazônia (The Narcotraffic in the Amazon Space). . In: RIBEIRO, A.M.M e IULIANELLI, J.A.S. Narcotráfico e violência no campo. Rio de Janeiro, DPeA.
- Rabello, A.C. (2013). Amazônia: uma fronteira volátil. *Estudos Avançados* 27 (78), 213-235.
- Rosenbaum, D (2005) Attitudes Toward the Police: the effects of direct and vicarious experience. *Police Quarterly* 09, 8 (3): 343-365.
- Sapori, L. F. (2007). Segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas [Publicsecurity in Brazil: Challengesand perspectives]. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Sant'Anna, A.A. & Young, C.E. F. Direitos de Propriedade, Desmatamento e Conflitos Rurais na Amazônia. *Economia Aplicada*, v.14, n.3, 2010, pp. 381-393.

Skogan, W. (2005). Citizens Satisfaction with Police Encounters. *Police Quarterly*, 8 (3), 298-232.

Skogan, W. (2006). *Community Policing in Chicago: a tale of three cities*. Oxford, Oxford University Press.

Skogan, W. (2006). Asymmetry in the Encounters with Police. *Policing & Society*, Vol. 16, No. 2, pp. 99-126.

Silva, L. A. M. da and Leite, M. P.(2007) **Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?**. *Soc. estado.*, 22(3),545-591

Souza, L. A. F. de. (2015) **Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil**. *Soc. estado.*, 30 (1), 207-223.

Tyler TR (2001) Public trust and confidence in legal authorities: What do majority and minority group members want from the law and legal institutions? *Behavioral Sciences and the Law* 19: 215–235.

Tyler TR (2005) Policing in Black and White: Ethnic group differences in trust and confidence in the police. *Police Quarterly* 8: 322–342.

Tyler, T. (2008). *Legitimacy and criminal justice: International perspectives*. New York, NY: Russell Sage Foundation.

Tyler TR (2011) Trust and legitimacy: Policing in the USA and Europe. *European Journal of Criminology* 8: 254–266.

Skolnick, Jerome; Fyfe, James. **Above the Law: police and excessive use of force**. New York: The Free Press, 1993.

Spagnol, Antonio Sergio. (2005). Jovens delinquentes paulistanos. *Tempo Social*, 17(2), 275-299. Retrieved September 01, 2015,

Sunshine, J., & Tyler, T. R. (2003). The role of procedural justice and legitimacy in shaping public support for policing. *Law and Society Review*, 37, 513–548.

Varga, I. D. (2008). A insustentável leveza do estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão. *Acta Amazonica*, vol. 38(1), p. 85 – 100.

Waiselfisz J.J. Mapa da Violência 2013. Acidentes de Trânsito e Motocicletas. Rio de Janeiro. CEBELAFLACSO. 2013

Zaluar, A. Violência: Questão Social ou Institucional?. In: Nilson Oliveira (org.), Insegurança Pública: Reflexões sobre a Criminalidade e a Violência Urbana. São Paulo, Nova Alexandria, 2002.

ⁱ O programa Ronda no Bairro foi criado pelo governo do Estado com o objetivo de reduzir os índices de violência em Manaus e demais Municípios. A iniciativa baseia-se na alocação de viaturas especiais patrulhando áreas geográficas específicas e integração operacional entre as polícias militar e civil. Os veículos contam com câmeras internas e externas para supervisionar o trabalho dos policiais.